

Ex Officio n. 88/87 - Relator - Gil Brandão Libânio - DO 3.12.87)."

"Prescrição, Arguição pelo Ministério Público em Remessa Necessária.

Aplicação do Enunciado n. 308 do TST. Em se tratando de remessa necessária o Ministério Público do Trabalho, no âmbito de sua competência está legitimado para arguir a prescrição a teor do Enunciado n. 308 do TST. A norma constitucional que ampliou a prescrição na ação trabalhista para 5 anos é de aplicação imediata, não atingindo pretensões já alcançadas pela prescrição bienal quando da promulgação da Constituição de 1988" (TRT 19ª Região, Ac. RO 349/92. Rel. Juiz João Batista. DJ de 17.8.94).

Auspicioso trazer à liça que no 6º Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho, realizado em São Paulo nos dias 25, 26 e 27 de julho de 1994, sob o norte da Editora LTr, foi distribuído aos congressistas que participaram ativa e passivamente, um questionário, através do qual foram formuladas diversas indagações sobre diversos temas, e uma das perguntas foi a seguinte: "Contraria o princípio do devido processo legal: a) ...; b) ...; c) A arguição da prescrição pela Procuradoria da Justiça do Trabalho? a resposta obteve 65,52% pelo não e 34,48% pelo sim. Isso prova que o Ministério Público do Trabalho não tem apenas legitimidade, mas também obrigação de arguir a prescrição não só quando for oferecer parecer, que ocorre na fase recursal, mas em qualquer fase.

3 - Conclusão

Impõe-se arrematar dizendo que a prescrição é de ordem pública, e por ser tal, deve ser levantada de ofício pelo juiz, mesmo em se tratando de direito patrimonial, ou, em não sendo, tem o Ministério Público do Trabalho a legitimidade para alegá-la no momento em que vai se manifestar no processo via parecer, ou em qualquer fase, quando se tratar de pessoa jurídica de direito público.

A QUEM APROVEITA UM JUDICIÁRIO FRACO? (*)

A Constituição de 1988 encerrou um longo período histórico em que o autoritarismo matizava as relações entre as pessoas e as instituições, da cúpula à base da sociedade. Com a promulgação da nova Carta política, consolidou-se o processo de redemocratização do País, estabelecendo-se um salutar clima de discussão e até de contestação em todos os setores e níveis sociais. Vários desses confrontos acabaram desaguando naturalmente no Judiciário, cujas vias de acesso foram bastante alargadas pelos constituintes.

A transformação de muitos conflitos de potencial desagregador em disputas judiciais representou novidade auspiciosa, embora não totalmente assimilada por alguns saudosistas. Com efeito, durante quase duas décadas de regime autoritário, a magistratura foi sistematicamente neutralizada, quer pela outorga autocrática dos atos institucionais, em especial o AI-5, que lhe retirou a garantia da vitaliciedade e da inamovibilidade e a impediu de conceder habeas corpus aos acusados de crime contra a ordem política, econômica e social, quer pela edição abusiva de decretos-leis, fundados em vagas razões de segurança nacional, cujo mérito estava impedida de examinar, quer pela impossibilidade de julgar a inconstitucionalidade de atos normativos, porquanto a iniciativa da ação competia ao Procurador Geral da República, que ocupava cargo de confiança do chefe do executivo, quer ainda pela imposição de uma série de outras limitações de fato e de direito.

A vigente Constituição, como reação a essas restrições, alargou as portas de Judiciário, privilegiando especialmente os movimentos sociais de base, na medida em que conferiu legitimidade ativa às associações para litigar em juízo, criou o mandado de segurança coletivo e o habeas data, aumentou o rol de instituições credenciadas a ingressar com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, como os sindicatos de trabalhadores, as entidades de classe e os partidos políticos, e ampliou a ação popular, agora empregada não só para anular ato lesivo ao erário como também à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

(*) - Artigo publicado no jornal “O Estado de São Paulo”, em 19.06.95

() - Ricardo Lewandowski é vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros e professor da Faculdade de Direito da U.S.P.**

Por intermédio desses e de outros instrumentos, os magistrados de todos os graus de jurisdição se viram instados a decidir sobre questões politicamente relevantes, desde a privatização de empresas estatais até o confisco da poupança popular, passando pela legitimidade dos gastos públicos e a constitucionalidade dos tributos, com o que começaram a incomodar os poderosos, dentro e fora do governo,

habituaados a ditar regras ao povo, sem receio de nenhuma contestação no âmbito judicial.

O Judiciário, fortalecido também pela autonomia administrativa e financeira que lhe foi conferida pela nova Lei Maior, erigiu-se em importante foro de debates dos problemas da cidadania. De forma sintomática, porém, a partir do momento em que começou a se pronunciar sobre assuntos de maior repercussão social, desencadeou-se sobre a magistratura virulenta campanha de desmoralização, acusando-se genericamente os seus integrantes de corruptos, de inoperantes e de corporativos. Repentinamente os juízes passaram a ser ameaçados com o controle externo, com as súmulas vinculantes, com o incidente de constitucionalidade, com o cerceamento do poder cautelar, com a redução dos vencimentos, com o fim dos proventos integrais na aposentadoria, numa, clara tentativa de intimidá-los, de lhes subtrair a independência recém-conquistada, de confiná-los dentro de limites a partir dos quais não ofereçam perigo aos que se habituaram a impor de modo unilateral sua vontade à sociedade.

Os detratores do Judiciário, contudo, escondem do público que os maus juízes, embora de forma reservada, têm sido regularmente punidos, que a morosidade na tramitação dos feitos deve ser debitada, em grande parte, ao Legislativo, que não vota as necessárias alterações nos ultrapassados códigos substantivos e processuais, e ao Executivo, que tumultua a vida dos cidadãos com a constante edição de medidas provisórias inconstitucionais, e que o chamado corporativismo dos juízes se tem restringido à defesa dos tradicionais predicamentos da magistratura, os quais, na verdade, constituem garantia dos próprios jurisdicionados.

Os magistrados, evidentemente, estão conscientes de que existem graves falhas na prestação jurisdicional, sobretudo porque não conseguem, de modo isolado, dar solução adequada ao fenômeno da crescente acentuação dos conflitos sociais, denominado por Boaventura Souza Santos de 'explosão de litigiosidade', até porque carecem dos meios materiais para tanto. Dispõem-se, inclusive, a discuti-las publicamente e sem reservas, no intuito de saná-las da melhor e mais rápida forma possível. Preocupa-os, no entanto, a insidiosa campanha de desprestígio de que são alvo, e que os leva a formular a clássica pergunta dos antigos romanos quando confrontados com delitos de autoria desconhecida: *cui prodest?* A quem aproveita? A quem aproveita, afinal, o enfraquecimento do Judiciário?